



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001676-29.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Espécies de Títulos de Crédito**
 Requerente: **CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S/A**
 Requerido: **LAURIBERTO LINO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S/A, qualificado na inicial, ajuizou ação de Monitória em face de LAURIBERTO LINO, também qualificado, alegando seja credor da importância de R\$ 26.388,65 representada por contrato de adesão de prestação de serviços de cobrança de pedágio, na modalidade "sem parar", de modo que pretende a expedição de mandado de pagamento no valor atualizado do débito, R\$ 26.388,65, com os acréscimos legais.

O réu opôs embargos ao mandado de pagamento dizendo admitir a existência da dívida, pretendendo seja admitido um parcelamento para pagamento dadas as dificuldades financeiras que atravessa.

A autora/embargada replicou nos termos da inicial, aduzindo que os embargos opostos pelo réu possuem efeito protelatório, pois ao réu cabe formular proposta de parcelamento, sem prejuízo de continuem a correr os acréscimos do débito e a continuidade da ação.

É o relatório.

DECIDO.

O réu expressamente admitiu a existência do débito e seu não pagamento; outrossim, efetuou proposta de acordo, sem, no entanto, comprovar o pagamento de qualquer parcela proposta.

Logo, rejeitam-se os presentes embargos para converter em mandado de execução o mandado de pagamento inicialmente expedido, ressalvando-se ao réu a possibilidade de que, contactando diretamente a autora/embargada, possa fazer as propostas de transação que queira.

Sucumbindo, cabe ao réu/embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizada.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos opostos por LAURIBERTO LINO contra CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S/A, para que fique constituído de pleno direito o título executivo judicial pelo valor do referido mandado, que converto em mandado de execução; e CONDENO o réu/embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor do débito, atualizado.

Intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, ou, na falta deste, na de seu representante legal, ou então pessoalmente, a pagar o valor do título, no prazo de quinze (15) dias,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sob pena de multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.,

P. R. I.

São Carlos, 15 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**